

Antonio Lopes Monteiro

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Professor-Assistente da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo (PUCSP). Professor de curso preparatório para carreiras
jurídicas FMB. Mestre em Direito Penal pela PUCSP.

CRIMES HEDIONDOS

Texto, comentários e aspectos polêmicos

10ª edição revista e atualizada de
acordo com as Leis n. 13.142 e 13.104, de 2015, e n. 12.978/2014

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP

CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Adriana Maria Cláudio

Arte e diagramação Isabela Agrelo Teles Veras

Revisão de provas Amélia Kassis Word e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Claudete da Fonseca Rebelo

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-62574-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Monteiro, Antonio Lopes

Crimes hediondos : texto, comentários e aspectos polêmicos / Antonio Lopes Monteiro. — 10. ed. rev. e atual. de acordo com as Leis n. 13.142 e 13.104, de 2015, e n. 12.978/2014 — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Crimes (Direito penal) - Leis e legislação - Brasil I. Título.

15-00600

CDU-343.232(81)(094.56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis comentadas : Crimes hediondos : Direito 343.232(81)(094.56)
2. Leis : Crimes hediondos : Comentários : Brasil : Direito 343.232(81)(094.56)

Data de fechamento da edição: 30-7-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

103.777.010.001

968459

30-6198

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota à 10ª edição</i>	19

PARTE I

Capítulo 1

NECESSIDADE E OPORTUNIDADE	23
----------------------------------	----

Capítulo 2

A LEI E SEUS PROJETOS	26
-----------------------------	----

Capítulo 3

LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	29
--	----

PARTE II

Capítulo 1

OS CRIMES HEDIONDOS: CONCEITUAÇÃO	37
---	----

Capítulo 2

HOMICÍDIO	41
1. Introdução, conceito e objetividade jurídica	41
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	42
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	43
4. Consumação e tentativa	43
5. Pena e ação penal	44
6. O homicídio como crime hediondo	45

6.1. Homicídio simples	45
6.2. Homicídio qualificado	47
6.3. Homicídio qualificado-privilegiado	48
7. Posição atual da doutrina e jurisprudência	51
8. Femicídio	54
8.1. Introdução	54
8.2. Conceito	55
8.3. Causas de aumento	56
8.4. Conclusão	57
9. A Lei n. 13.142, de 6-7-2015 — Homicídio e lesão gravíssima contra agentes públicos	58
9.1. Introdução	58
9.2. A nova qualificadora do inciso VII	59
9.2.1. Os arts. 142 e 144 da Constituição Federal	59
9.2.2. Os guardas civis metropolitanos	59
9.2.3. Agentes de segurança viária	60
9.2.4. Integrantes do sistema prisional	60
9.2.5. Cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo	61
9.2.6. Natureza da qualificadora	62
9.3. Lesões corporais	63
9.3.1. Lesões corporais como crime hediondo	63
9.4. Relação com a função	65
9.5. Conclusão	66

Capítulo 3

LATROCÍNIO	67
1. Introdução e objetividade jurídica	67
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	67
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	68
4. Consumação e tentativa	68
5. Pena e ação penal	69

Capítulo 4

EXTORSÃO	71
1. Introdução e objetividade jurídica	71
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	72
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	72
4. Consumação e tentativa	73
5. Pena e ação penal	73

Capítulo 5

EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	75
1. Introdução e objetividade jurídica	75
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	76
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	77
4. Consumação e tentativa	77
5. Formas qualificadas	78
6. Pena e ação penal	79

Capítulo 6

ESTUPRO	82
1. O novo tipo legal.....	82
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	84
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	87
4. Consumação e tentativa	89
5. Concurso de crimes	89
6. Formas qualificadas	91
7. Pena e ação penal	93

Capítulo 7

ESTUPRO DE VULNERÁVEL	97
1. Introdução e objetividade jurídica	97
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	101
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	101
4. Consumação e tentativa	103
5. Formas qualificadas	104
6. Pena e ação penal	104
7. Prisão temporária	105

Capítulo 8

FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL.....	106
1. Introdução e objetividade jurídica	106
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo.....	108
3. Sujeito ativo e sujeito passivo.....	112
4. Consumação e tentativa	113
5. Condutas equiparadas	113

6. Pena e ação penal	115
7. A Lei n. 12.978, de 21 de maio de 2014	115
8. Prisão temporária	116
9. Conclusão.....	117
 Capítulo 9	
EPIDEMIA COM RESULTADO MORTE	119
1. Introdução e objetividade jurídica	119
2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	120
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	121
4. Consumação e tentativa	121
5. Pena e ação penal	121
 Capítulo 10	
FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU AL- TERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERA- PÊUTICOS OU MEDICINAIS	123
1. Introdução	123
2. A Lei n. 9.677, de 2 de julho de 1998	124
3. A Lei n. 9.695, de 20 de agosto de 1998	126
3.1. Conceito e objetividade jurídica	128
3.2. Tipo objetivo e tipo subjetivo	128
3.3. Sujeito ativo e sujeito passivo	130
3.4. Pena e ação penal	130
4. Considerações finais	131
5. Posição atual da doutrina e jurisprudência	132
LEI N. 9.677, DE 2 DE JULHO DE 1998.....	134
 Capítulo 11	
GENOCÍDIO	137
1. Introdução	137
2. Análise histórica	137
3. A Convenção das Nações Unidas	140
4. O genocídio no Brasil	141
5. Objetividade jurídica	142
6. Tipo objetivo e tipo subjetivo	143
7. Sujeito ativo e sujeito passivo	144
8. Pena e ação penal	144

Capítulo 12

PRÁTICA DA TORTURA	146
1. Introdução	146
2. Conceituação e objetividade jurídica	147
3. Tipo objetivo	148
3.1. Inciso I.....	148
3.2. Inciso II.....	150
4. Subtipos da tortura	151
4.1. Pessoa presa ou sujeita a medida de segurança.....	151
4.2. Tortura por omissão.....	151
4.3. Formas qualificadas.....	152
4.4. Causas especiais do aumento de pena.....	153
5. Tipo subjetivo.....	154
6. Pena e ação penal.....	154
7. Considerações finais	155
7.1. Regime de penas.....	155
7.2. Fiança, graça e anistia	155
7.3. Extraterritorialidade.....	156
8. Posição atual da doutrina e jurisprudência	157
LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.....	160

Capítulo 13

TRÁFICO DE DROGAS	162
1. Considerações gerais.....	162
2. A legislação brasileira	163
3. Tráfico de drogas.....	165
3.1. Tráfico: condutas equiparadas.....	167
3.2. Aplicação da pena.....	169
3.2.1. Retroatividade da aplicação da pena	170
4. Maquinário.....	172
5. Associação para o tráfico	173
5.1. Aplicação da pena.....	174
5.2. Associação para o financiamento	175
6. Financiamento ou custeio ao tráfico	176
7. Colaboração para o tráfico	178
8. Da aplicação da Lei dos Crimes Hediondos	179
8.1. Regime de cumprimento de pena	180
8.2. Livramento condicional e reincidência específica	182
8.3. Da não aplicação das penas restritivas de direitos.....	183
9. Conclusão.....	186

Capítulo 14

TERRORISMO	188
1. Introdução	188
2. Conceito	189
3. A legislação brasileira	190
4. A aplicação da Lei n. 8.072/90	191
5. Posição atual da doutrina e jurisprudência	192

PARTE III**Capítulo 1**

ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI	197
1. Introdução	197
2. Insuscetibilidade de anistia, graça e indulto	198
3. Anistia	198
4. Graça e indulto	199
5. Conclusão	200
6. Posição atual da doutrina e jurisprudência	201
7. Os indultos natalinos	201

Capítulo 2

FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA	203
1. Introdução	203
2. Fiança e liberdade provisória: um direito subjetivo individual ..	203
3. Liberdade provisória com fiança	204
4. Liberdade provisória sem fiança: inconstitucionalidade? ..	206
5. Conclusão	207
6. Posição atual da doutrina e jurisprudência	208

Capítulo 3

LIVRAMENTO CONDICIONAL E REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA	211
1. Conceito e natureza jurídica	211
2. Pressupostos objetivos	211
3. Livramento condicional e reincidência específica	212
4. Pressupostos subjetivos	214
5. Condições e concessão	214
6. Posição atual da doutrina e jurisprudência	215

Capítulo 4

REGIMES DE CUMPRIMENTO DA PENA, RECURSO EM LIBERDADE E PRISÃO TEMPORÁRIA	217
1. Introdução	217
2. A progressão de regime	217
2.1. A progressão de regime após a Lei de Tortura	221
3. Recurso em liberdade	224
4. Prisão temporária	227
5. Posição atual da doutrina e jurisprudência	230
5.1. Regime fechado	230
5.2. A posição do STF	232
5.2.1. Antigo posicionamento	232
5.2.2. Julgamento do HC 82.959, fev. 2006	233
5.3. Consequências da decisão do HC 82.959.....	234
5.4. Inalteração do sistema em vigor	236
5.4.1. A Lei n. 11.464, de 28 de março de 2007.....	238
5.4.1.1. Liberdade provisória	238
5.4.1.2. Progressão de regime	239
5.4.1.3. Súmula Vinculante 26	241
5.4.1.4. Conclusão.....	241
5.5. Recurso em liberdade	242

Capítulo 5

AS PENAS: AGRAVANTES E ATENUANTES	245
1. Generalidades	245
2. Agravantes	245
3. Atenuantes	247
3.1. Introdução	247
3.2. O art. 7º	248
3.3. O art. 8º	249
4. A quadrilha no crime de tráfico	252
5. Posição atual da doutrina e jurisprudência	253
<i>Conclusão</i>	259
<i>Bibliografia</i>	263